

Pimenta explica dívida na Europa

Araújo Netto

Correspondente

ROMA — O deputado Pimenta da Veiga, único *tucano* eleito a 15 de novembro para a Prefeitura de uma capital brasileira — Belo Horizonte — preferiu recuperar-se das cansaças da Constituinte a da campanha eleitoral cumprindo uma breve e intensa missão internacional de trabalho na Itália e na Alemanha Ocidental. Nas primeiras horas de ontem, procedente de Frankfurt e acompanhado de sua mulher Elizabeth, Pimenta da Veiga desembarcou no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.



Pimenta da Veiga

Nos últimos sete dias, em Roma, Bonn e Berlim, esse jovem-veterano político, nascido há 41 anos em Belo Horizonte, preferiu correr o risco de parecer afobado, antecipando uma série de contatos com empresários e políticos europeus que podem gerar e carrear novos investimentos e recursos internacionais para a capital de Minas.

“Nossos objetivos maiores são os acordos de cooperação técnica e, mais adiante, financeiros. Como sabemos que esses entendimentos internacionais nunca se fazem em

poucas horas nem em poucos dias, decidimos nos antecipar. Tanto na Itália como na Alemanha, fizemos contatos em várias áreas: com organizações não governativas, particulares, que já estão atuando ou interessadas em aumentar suas operações no Brasil; e com órgãos governamentais, que de modo geral coordenam a atuação daquelas organizações chamadas não governativas”.

Dívida externa — No setor financeiro, Pimenta fez consultas e sondagens. E, na área parlamentar, manteve contatos com diversas lideranças partidárias, às quais acentuou seu interesse pelo aumento do fluxo de recursos para Belo Horizonte, e procurou esclarecer as consequências da dívida externa para o Brasil.

“Consequências extremamente negativas, como procuramos demonstrar”, contou o prefeito eleito, “porque o país não tem condições de continuar pagando as taxas e os juros que estão sendo cobrados. Procuramos defender a necessidade de se reduzirem os valores da dívida externa, sob pena de uma grave consequência social e política para o Brasil e até mesmo para os países credores.”

Sobre o que o espera na Prefeitura de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga afirmou: “A situação administrativa e financeira é muito preocupante. Administrativamente, a Prefeitura está desorganizada e com um quadro muito inchado. Financeiramente, também temos um quadro de desordem: com um endividamento muito superior à sua capacidade

de de pagamento e, pior do que isso, com uma dificuldade de caixa que certamente não nos dará descanso. Receberemos a Prefeitura provavelmente com o caixa a zero e a necessidade de algumas dezenas de bilhões de cruzados para atender às exigências naturais.

Reestruturação — Esse quadro, Pimenta sabe, exigirá soluções que evitem o colapso da cidade: “As necessidades de caixa envolvem fornecedores e, inclusive, a folha de pagamento. Depois das primeiras e mais urgentes medidas, para salvar o município do colapso, deveremos fazer uma reestruturação da Prefeitura a médio prazo. Sem perder de vista a necessidade de promover o enriquecimento da cidade. Porque Belo Horizonte é hoje uma cidade de grande população (quase três milhões de pessoas), mas com uma renda muito inferior às suas necessidades”.

Os problemas e desafios são inúmeros, mas Pimenta da Veiga não tem dúvida de que a Constituição de 5 de outubro criou melhores condições para prefeitos e governadores: “Não fosse a nova Constituição, certamente Belo Horizonte, como outras capitais brasileiras, estariam absolutamente ingovernáveis. Com a importante reforma tributária que foi feita, as dificuldades das nossas grandes cidades se amenizaram. Mas no caso específico de Belo Horizonte, a recente aprovação de um plano de cargos e salários, que aumenta extraordinariamente o custo da folha de pagamento, praticamente anulou os benefícios da reforma tributária.